



PARALELO SUBMISSO ENTRE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Miguelângelo Corteze - UNIJUÍ¹

Eunice Dalcin Corteze - UNIJUÍ²

Resumo: Esse artigo deseja refletir alguns aspectos da relação entre educação e tecnologia no início do século XXI. Sua origem está na prática docente da escola pública e nas aulas de mestrado realizada entre os anos de 2009 e 2010 da Unijuí. Trata-se de uma reflexão teórico-conceitual, baseada em documentação já publicada, num estudo descritivo de interpretação bibliográfica sobre a “crise” entre educadores e educandos, estabelecida depois da revolução das comunicações. Seu objetivo está em repensar alguns pontos críticos da relação entre tecnologia e educação, buscando analisar alguns de seus desdobramentos, mas procurando também enxergar outras formas de arranjar o tempo para a educação básica. Trata-se de um texto despretensioso para debater algumas observações da educação, diante das mudanças do controle do tempo e da disciplina iniciadas a partir da Revolução Industrial.

Palavras-chave: Educação; tecnologia; movimentos sociais; tempo; cooperação.

Introdução

A presença da tecnologia está cada vez mais visível no cotidiano social. A escola, especialmente a pública, muitas vezes não consegue acompanhar o ritmo das inovações do mundo contemporâneo. Muitos educadores e educadoras que vivenciaram esse fenômeno, principalmente na passagem da última década do século XX e na primeira do XXI em sala de aula, estão preocupados sem saber direito o que fazer! Esse texto não pretende falar dos recursos tecnológicos disponíveis para o docente como o computador e a internet, mas, quem sabe, refletir um pouco da relação deles com a prática pedagógica. O celular, por exemplo, muda as relações escolares de modo a contribuir no processo educacional?

Algumas respostas aos poucos surgem no fazer de cada educador. Quem continua na sala de aula na segunda década do século XXI, especialmente no ensino básico, percebe a necessidade de mergulhar nessa “onda” para encontrar de novo o leme do barco. O objetivo está em ocupar esse espaço de discussão e construção do conhecimento no sentido de utilizar

¹ Mestre em Educação nas Ciências, Unijuí/2011. Professor de História do Instituto Estadual de Educação Cardeal Pacelli e do Neeja, Três de Maio, RS. E-mail: migmig_39@yahoo.com.br e tel: 0155599786800.

² Graduada em Letras pela UCDB/MS. Pós-Graduada em TIC's pela UFSM. E-mail: dalcineunice@yahoo.com.br e tel: 0155599288600.

a tecnologia na educação como ferramenta de transformação, dentro de um fazer diretamente relacionado com a sociedade onde se vive. Para debater esse tema o artigo foi separado em duas partes. A primeira faz uma contextualização do controle do tempo a partir da Revolução Industrial e a segunda procura refletir sobre alguns aspectos da tecnologia na prática educativa, visando repensar suas bases e a função da escola nesses novos tempos.

1. O controle do tempo a partir da Revolução Industrial

Muitos problemas enfrentados pela educação escolar, no início do século XXI, estão relacionados com as transformações iniciadas a partir da Revolução Industrial, em meados do século XVIII. Uma das principais transformações está relacionada com o controle do tempo. A nova forma de entender o tempo e todo o desenvolvimento tecnológico desencadeado pelo processo industrial transforma também as relações sociais. Em muitas escolas do Brasil atual a proximidade física das pessoas nem sempre está acompanhada pela proximidade tecnológica. As implicações desse fenômeno interferem e ampliam a distância entre o professor e o aluno. Seria esse um dos motivos da crise de relação entre os sujeitos na escola?

Responder isso exige olhar o processo de escolarização de forma mais ampla, pois o que ocorre dentro da escola está diretamente ligado com as transformações da humanidade. Sobretudo depois da metade do século XVIII o mundo acelerou suas mudanças atropeladas pela indústria e pela era das grandes invenções modernas. A economia consolidava o capitalismo com uma lógica de acumulação incomum. Essa lógica, segundo Frei Betto (2012) “comete o grave erro de dividir a humanidade entre os que têm acesso aos recentes avanços da tecnociência, em especial biotecnologia e nanotecnologia, e os que não têm”. O efeito disso está na enorme desigualdade social convivida no contexto escolar.

As transformações tecnológicas, especialmente nas comunicações e informações, provocaram uma revolução sobre o planeta. As informações circulam cada vez mais em alta velocidade e com uma linguagem própria. Será que escola, os professores e os estudantes conseguem acompanhar todos os mecanismos de relacionamento virtual que surgem a cada momento no sentido de entender o seu tempo histórico? Estamos diante, possivelmente, de uma crise na educação, uma vez que esses sujeitos não seguem no mesmo ritmo as inovações da tecnologia. Como se explica o desinteresse da participação do cidadão para a mudança social em benefício da maioria?

A realidade, porém, não é inexoravelmente esta. Está sendo esta como poderia ser outra e é para que seja outra que precisamos, os progressistas, lutar. Eu me sentiria mais do que triste, desolado e sem achar sentido para minha presença no mundo, se

fortes e indestrutíveis razões me convencessem de que a existência humana se dá no domínio da determinação (FREIRE, 1996, p.83).

Como a existência humana ocorre fora do domínio da determinação as possibilidades de mudanças são reais. Se existe uma crise de relação entre sujeitos dentro da escola e esse problema envolve o controle do tempo e da velocidade tecnológica, iniciada com a Revolução Industrial, é importante trazer alguns elementos para compreender como isso começou.

A Revolução Industrial se espalha como uma “onda” pelo planeta. Essa onda, carregada de transformações, consolida o modo de produção capitalista, coloca a Inglaterra como pioneira e implanta um novo jeito de controlar o tempo.

A sociedade que era predominantemente rural e vivia num ritmo de vida ligado mais à natureza foi colocada diante de uma urbanização crescente. Na cidade, as fábricas passaram a controlar o tempo, a sincronia dos movimentos e até os pensamentos do trabalhador.

Desde o surgimento do homem até a Revolução Industrial a preocupação em medir as horas do dia não era determinante para a produção. As tarefas diárias eram mais controladas pelos ciclos da natureza, numa relação que predominou por mais de dez mil anos.

Por muito tempo da sociedade pré-industrial a agricultura estava na base econômica. O controle do tempo era mais flexível, de modo que os dias de trabalho podiam se estender ou diminuir dependendo da época do ano. Em geral as atividades agrícolas não separavam o trabalho da vida e o tempo ainda não era visto como dinheiro.

Com o advento da indústria essa situação se modifica: o operário é obrigado a cumprir uma jornada de trabalho submetido ao controle rígido do tempo. O domínio das horas disciplina o trabalhador e o relógio é transformado no novo símbolo.

“Tempos Modernos” de Charles Chaplin representa bem as dificuldades do ser humano em se “adaptar” ao novo ritmo de trabalho. Nele, o trabalhador deve funcionar como uma máquina, realizando movimentos repetitivos embaixo do relógio do chefe. O operário, nas primeiras fábricas, seria explorado mais de quinze horas por dia, além das crianças e das mulheres que tinham trabalho dobrado quando chegavam em casa.

A extenuante jornada de trabalho, somada à cobrança do tempo, encontra resistência dos operários. Para Thompson (1998, p.292) “o longo coro matinal dos moralistas é um prelúdio ao ataque muito contundente aos costumes, esportes e feriados populares, feitos nos últimos anos do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX”.

A escola, usada para acostumar as crianças na nova noção do tempo e da disciplina da era industrial, serviu no amaciamento desse conflito. Para Thompson (1998, p.292) “havia outra instituição não industrial que podia ser usada para inculcar o ‘uso-econômico-do-

tempo': a escola". A escola passa a ser elogiada por ensinar o trabalho, a ordem e a regularidade. Os estudantes, continua Thompson (1998, p.292) "ali são obrigados a levantar cedo e observar as horas com grande pontualidade".

O muro levantado entre trabalho e vida se ergue também na escola. A forma de viver anterior passa a ser acusada de ociosidade. Agora tudo tem valor, inclusive o tempo. O galo perde a "guerra" para o relógio que esconde por trás uma nova visão de mundo.

A nova dinâmica do mundo se apresenta como aquilo que existe de mais moderno, atual, competitivo, através de novos modelos, tecnologias e teorias. A globalização neoliberal é a teoria mais recente desse domínio iniciado com a indústria. A globalização, que está caindo sobre nós, vem junto com a tecnologia atacando ainda mais os costumes locais. Ela se apresenta como um fenômeno natural de pensamento único, que estende seus tentáculos com ações comandadas sobre o mundo todo. Seu domínio sofisticado é apresentado como a receita do progresso, tentando homogeneizar a educação e a cultura.

A globalização não se concretiza no ar, ela precisa de lugares. Lugar é espaço e todo espaço se materializa nas relações sociais e nos conflitos das classes sociais. Em decorrência das contradições dessa materialidade social do espaço, que está cristalizado no tempo, as distâncias entre os sujeitos e os conflitos entre as classes tendem aumentar. As pessoas, no entanto, podem resistir, pois elas vivem em lugares onde estão enraizadas pela sua história.

A articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser os mecanismos gêmeos de dominação social em nossas sociedades. O espaço desempenha papel fundamental nesse mecanismo. Em resumo: as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história (CASTELLS, 1999, p. 440).

Como as pessoas são locais, como afirma Castells, elas podem oferecer oposição à dominação projetada globalmente, mesmo diante do "poder" da tecnologia. Segundo Castells (1999, p.403) "tanto o espaço quanto o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica".

Uma só bebida, uma só comida, uma só cultura. Essa pretensão globalizante era impossível até pouco tempo atrás, mas está avançando, de modo que encontramos hoje a mesma bebida tanto na China como na Argentina. Isso, no entanto, não impede que tanto o chá da China como o mate da Argentina continue sendo consumido.

A resistência à globalização ocorre para Castells (1999, p.447), pois ela "não permeia toda a esfera da experiência humana". Segundo Castells (1999, p.447) a "grande

maioria das pessoas nas sociedades tradicionais, bem como nas desenvolvidas vive em lugares e, portanto, percebe o espaço com base no lugar”. Não é o lugar que tem força como espaço físico, mas o humano que está por trás com sua história. O lugar não é neutro e mesmo com toda a força da globalização a forma de receber ou não vai depender da força do lugar.

A escola possui um papel muito importante nesse processo. Muitas escolas seguem como um espaço de fábrica com a fila e o relógio, como foi planejada para “domesticar” o filho operário da indústria. Assim permanece fria num espaço que tem tudo para não cativar.

Milton Santos acredita em outra globalização e na força do lugar.

Um novo modelo econômico, social e político que, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduza a realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização (SANTOS, 2004, p.170).

A concepção de Santos passa pela escola que possui grandes possibilidades de ser uma força de resistência à globalização. Isso, no entanto, exige mais espaço à visão libertadora como diz Paulo Freire (1987, p.67): “a educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos”.

Sendo assim, vida e escola não se separam e por que não reaprender a arte de viver para derrubar esse muro? É possível viver sem ser escravo do relógio e frear esse processo?

2. O freio na velocidade

Viver com menos pode ser uma condição para atender as necessidades básicas da humanidade. No entanto, isso aponta para a desaceleração da sociedade de consumo. O freio controla a velocidade e a direção do cavalo, mas quem controla a ciência e a tecnologia? Ou será que isso é inquestionável como um dogma da Idade Média?

A velocidade e o conhecimento determinam o poder que separam as pessoas entre rápidas e lentas. Quem controla o tempo, domina o espaço. Segundo Mckie, Robert e Townsend (2005) Bill Gates assegurou uma vez que a tecnologia tinha capacidade de resolver todos os problemas da humanidade e o presidente dos Estados Unidos insistia que seu país “conseguiria resolver qualquer problema climático com uma boa dose de alta tecnologia”.

Na opinião de Santos (2004, p.118) “a promessa de que as técnicas contemporâneas pudessem melhorar a existência de todos caem por terra e o que se observa é a expansão

acelerada do reino da escassez, atingindo as classes médias e criando mais pobres”. Santos faz uma contribuição contundente colocando mais dúvidas sobre os “benefícios” da tecnologia.

Segundo Tablata (2008, p.71) “a salvação ecológica do planeta depende da capacidade que encontre a humanidade para frear as intrínsecas tendências depredadoras do capitalismo em seu perene empenho por maximizar o lucro”. Ou seja, o freio do capitalismo depende de outra visão de mundo.

Um outro mito é o do espaço e do tempo contraídos, graças, outra vez, aos prodígios da velocidade. Só que a velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias tem significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo (SANTOS, 2004, p.41).

A região Noroeste do Rio Grande do Sul, devido à experiência de cooperação nos Sete Povos das Missões, especialmente durante a primeira metade do século XVIII, desenvolveu uma forma de usar o tempo e o espaço diferente daquele imposto pela Revolução Industrial. Comparando com a ocupação lusitana posterior, a experiência missioneira ajuda entender Santos. Nas Missões segundo Freitas (1982, p.50) “em quase todas as atividades, prevalecia o processo de cooperação complexa, principalmente na agricultura”. Era a cooperação no lugar da competição como relação humana predominante. Dois séculos se passaram e aquela experiência continua entusiasmando diversos debates.

Hoje essa mesma região convive também com uma experiência expressiva de cooperação, através de diversas organizações cooperativas que lutam para manter vivos seus princípios. No entanto, o modo de produção capitalista condena ao fracasso a instituição ou empresa que não obedece à ditadura do mercado. A escola, como parte do corpo social, pode questionar esse arranjo do tempo e espaço que prioriza a competição. Para Freire (1985, p.73) “é fundamental respeitar o princípio de que o processo educativo é um processo coletivo, no qual o educador tem uma parcela de trabalho que é criar os mecanismos pedagógicos de expressão e explicitação das lutas, das dúvidas, das incertezas, da palavra dos educandos”.

A cooperação é uma prática humana que prevê espaço para todos. Ela ressurgiu como alternativa ao consumismo capitalista. A escola pública, sem se fazer de cega e surda, pode apontar para uma sociedade que apresente conquistas aos pobres. Assim como Frei Betto (2006, p.127) que enxerga importantes avanços na Revolução Cubana ou na derrota dos EUA no Vietnã, esse autor vê também conquistas “no fim das ditaduras militares no Cone Sul, na criação do PT, no fortalecimento dos movimentos populares, como o MST, nos avanços de organizações indígenas, feministas, ecológicas, e de lutas contra discriminações

sexuais e raciais”. A fé de Betto (2006, p.127) está no socialismo, pois o capitalismo é “inapto a construir um mundo de justiça e liberdade”.

Cooperar em vez de competir é uma concepção presente nos movimentos populares que questionam as bases da economia de mercado. Segundo Frei Betto (2006, p.77) Paulo Freire influenciou muito na organização desses movimentos quando “resgatou a auto-estima dos pobres, ensinou-os a confiar em seus talentos, a discernir que inteligência e cultura não se adquirem necessariamente *na escola* e que *conhecimento não se aprende, se constrói*” (Grifo meu). O movimento social continua Betto (2006, p.51) “renasceu no método Paulo Freire, a ensinar-lhe que ninguém é mais culto do que o outro, existem culturas paralelas socialmente complementares, e o erudito não sabe o que a cozinheira sabe...”.

Essa visão crítica busca desenvolver a consciência de classe numa educação mais identificada com as classes subalternas, em grande maioria presentes na escola pública. Uma educação comprometida com as aspirações dos esfarrapados do mundo, como diz Paulo Freire, não pode concordar com aqueles que afirmam que a tecnologia trás apenas vantagens! Ou então com aqueles que acreditam que nada adianta fazer, como se estivéssemos condenados numa insólita aliança entre milionários e esfomeados.

Santos (2004, p.121) não esconde sua posição contrária sobre o discurso único como se fosse “irreversível na produção da história”. O que ocorre completa Santos (2004, p.121) é que “somente algumas pessoas, firmas e instituições são altamente velozes [...] o restante da humanidade produz, circula e vive de outra maneira”. Para Santos (2004, p.124-5) “a velocidade atual e tudo o que vem com ela, e que dela decorre, não é inelutável nem imprescindível. Na verdade, ela não beneficia nem interessa à maioria da humanidade”.

Na opinião de Frei Betto (2006, p.99) não se pode aplaudir o capitalismo porque “é um sistema incapaz de assegurar à maioria da população mundial direitos elementares...”. Colocar em xeque a absolutização econômica atual, traduzida pela revolução tecnológica, não significa cair no perigo de “divinizar ou diabolizar a tecnologia”, como afirmava Freire (1996, p.37). Afinal, questionar as contradições sociais é uma tarefa da educação e da escola. A realidade, como afirma Freire (1987, p.37), não acontece por acaso e por isso “transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens”.

Como fazer isso diante da fragilidade da escola pública submetida por décadas num processo que desmontou seus referenciais? A tecnologia foi se apresentando sem ser chamada na sala de aula e aos poucos foi se apoderando. Aquilo que era apenas um sinal no final do século XX transformou-se numa prática habitual na escola, ou seja, os sujeitos que a

frequentam carregam as inovações tecnológicas, mesmo que isso seja proibido. Mas como lidar com essa onda tecnológica que invadiu o espaço escolar?

A Resolução CNE/CEB 2/2012 trata sobre isso. Ela define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio em todas as suas formas de oferta e organização. O Art. 5º, inciso VIII determina que nessa fase é importante a “integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular”. Para essa Resolução, no mesmo inciso VIII, de acordo com seu § 3º “a tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida”.

A tecnologia vista assim como produto social, torna-se, portanto, também papel da escola refletir sobre as relações de poder incluídas nela. Por exemplo, o que está por trás de um aparelho celular que o estudante carrega? Nem o conhecimento científico, muito menos a transformação da ciência em força produtiva são neutras. A tecnologia vira mercadoria e isso em poder dos donos do sistema econômico capitalista em vez de diminuir os problemas da humanidade como igualdade, liberdade ou justiça, terminam por ampliá-los. A escola tem o papel também de desnudar a gaiola invisível que aliena o cidadão para libertá-lo.

É possível mudar o cenário da escola pública brasileira e usar a tecnologia como ferramenta para refletir sobre a sociedade que queremos? Ou isso não se discute! Mas como não refletir se os vínculos formais, aqueles dentro da sala de aula, associados aos informais, aqueles do corredor e do recreio, estão dominados pela tecnologia?

Como fazer para assegurar as diferenças e as identidades nessa relação submissa entre educação e tecnologia? Será que o planejamento e o desenvolvimento do novo ensino médio no Estado do Rio Grande do Sul, iniciado em 2012, conhecido como Politécnico, pode ser uma saída que expressa e contempla essa preocupação voltada para outra concepção de mundo em que a escola consegue controlar suas ferramentas, inclusive a tecnologia?

É claro que todas essas questões não passam de provocações para refletir e perceber a importância social, política e econômica das relações entre a tecnologia e a educação. A escola tem a capacidade de utilizar as próprias ferramentas que a sociedade desenvolve para questioná-la, ou seja, mesmo sendo produto do meio, a escola pode como instituição da ciência e da produção do conhecimento refletir as mudanças e transformações necessárias. Mudanças, por exemplo, sobre a noção de tempo, em que o modelo atual continua reproduzindo aquela noção da era industrial.

Questionar a tecnologia na educação significa, portanto, examinar também o conceito do tempo. Para Castells (1999, 459) “as sociedades contemporâneas ainda estão em grande parte dominadas pelo conceito do tempo cronológico, descoberta categórica/mecânica que E.P. Thompson, entre outros, considera importantíssima para a constituição do capitalismo industrial”. Essa noção de tempo está sendo quebrada pela sociedade em rede numa dinâmica complicada de “mistura de tempos” dentro de um “tempo intemporal”.

Esse tempo linear, irreversível, mensurável e previsível está sendo fragmentado na sociedade em rede, em um movimento de extraordinária importância histórica. No entanto, não estamos apenas testemunhando uma relativização do tempo de acordo com os contextos sociais ou, de forma alternativa, o retorno à reversibilidade temporal, como se a realidade pudesse ser inteiramente captada em mitos cíclicos. A transformação é mais profunda: é a mistura dos tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: tempo intemporal. Utilizando a tecnologia para fugir dos contextos de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor de cada contexto possa oferecer ao presente eterno (CASTELLS, 1999, p.460).

A noção trazida por Castells (1999, p. 461) de “*tempo intemporal* é apenas a forma *dominante* emergente de tempo social na sociedade de rede porque o espaço de fluxos não anula a existência de lugares”. Na escola, essa questão reforça a crise de relação entre os sujeitos, em que cotidianamente o virtual ganha terreno numa complicada situação de distanciar os próximos. Acreditar na força do lugar e dominar a tecnologia sem ser mais um servo dela, parece ser uma função dos educadores nessa segunda década do século XXI.

Considerações finais

Esse texto não trouxe fórmulas nem conseguiu apresentar respostas definitivas sobre as relações da tecnologia e educação, mas refletiu um pouco desse paralelo perigoso. Um paralelo tencionado constantemente numa relação de submissão. Relação presente nos espaços escolares criando uma situação às vezes embaraçosa entre educadores e educandos. A velocidade dessas transformações muitas vezes atropela o processo de construção do conhecimento, afastando os sujeitos ou submetendo-os.

A velocidade tecnológica, servindo aos interesses da maioria, capaz de diminuir a concentração de riqueza e poder, poderia ser elogiada. No entanto, o que se observa, em geral, não é isso. Estamos praticamente no meio de um naufrágio e as implicações da tecnologia na educação estão presentes cada vez mais. Como ficam as relações entre professores e estudantes diante dessa nova realidade?

O resultado das ações da escola e de suas relações não é possível medir exatamente assim como a mercadoria de uma fábrica. A produção escolar, muitas vezes, só é possível perceber a longo prazo. A tecnologia está no meio ou na frente desse processo? Ou, quem sabe proibindo o uso do celular, que quase todos os estudantes carregam, está resolvido o problema da revolução tecnológica na escola?

O desafio é gigantesco, mas não menor que a capacidade humana de enfrentá-lo. Para a educação, dentro de uma escola preocupada com essa questão, o controle da tecnologia ocupa papel estratégico onde o tempo não pode ser sinônimo de dinheiro, muito menos daquela disciplina industrial. Como seria importante estudar sem preconceito outras noções de tempo. Hoje, ainda que modestamente, há um resgate e uma valorização, que não são as convencionais, para entender outras culturas que possuem a noção de tempo diferente como a cultura Kaingang, a cultura cabocla, as culturas da África, a cultura guarani e tantas outras presentes na escola, mas que muitas vezes ficam sufocadas.

REFERÊNCIAS

BETTO, Frei. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____. **A Ditadura Econômica**. 6 de fevereiro de 2012. http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=174935&id_secao=2. Acesso: 13.02.2012

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Décio. **O Socialismo Missionário**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1982.

FREIRE, Paulo e BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**. São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MCKIE, ROBERT e TOWNSEND, Mark, em Nova York. Artigo: **Aquecimento? Não vi**. Revista Carta Capital, 29 de junho de 2005.

Resolução CNE/CEB 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20. **MEC/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012.**

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TABLATA, Carlos. **O Marxismo de Che e o Socialismo no século XXI**; tradução de Claro Diego Lopez Bonimo, Eduardo Marcuso e Lúcio Costa. Porto Alegre: Ver de Perto, 2008.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguelo, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.